

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI Nº 2.724, DE 2003

Dispõe sobre a veiculação de mensagens educativas nas faturas de cobrança e na correspondência de órgãos da Administração Pública Federal e de empresas concessionárias de serviços públicos.

Autor: Deputado JEFFERSON CAMPOS

Relatora: Deputada LÚCIA BRAGA

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 2.724, de 2003, objetiva estabelecer que os órgãos e entidades da administração pública federal, direta e indireta, as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, as demais organizações sob o controle direto ou indireto da União e as empresas concessionárias de serviços públicos fiquem obrigadas a veicular mensagens educativas em sua correspondência oficial e nas faturas de cobrança e outros documentos enviados aos usuários de serviços públicos.

Dispõe, adicionalmente, acerca do teor e forma de veiculação das mensagens nos documentos que menciona, da incorporação compulsória da referida obrigação aos contratos de concessão, bem como sobre a pena a que estará sujeito o órgão ou entidade que desobedecer à norma.

Esgotado o prazo regimental de cinco sessões, aberto para apresentação de emendas ao projeto, nenhuma foi recebida.

Cabe-nos agora, na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, analisar o mérito da proposição com base no que dispõe o art. 32, inciso XIII, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

É o relatório.

II - VOTO DA RELATORA

É digno de nota o mérito da presente proposição, pela qual o ilustre autor identifica o alcance e o potencial, além de propor a utilização, das faturas de cobrança, notificações, avisos, recibos e demais correspondências enviadas aos usuários de serviços públicos, com o objetivo de disseminar mensagens educativas a baixíssimo custo.

Tais mensagens educativas poderão incluir uma grande diversidade de temas e programas governamentais que visem conscientizar a população quanto a aspectos relacionados à prevenção de doenças e campanhas de saúde pública, educação, segurança, higiene, ecologia e qualidade de vida, entre outros.

Isto posto, só nos resta votar pela APROVAÇÃO, no mérito, do Projeto de Lei nº 2.724, de 2003.

Sala da Comissão, em de de 2004.

Deputada LÚCIA BRAGA
Relatora